

POPULAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DA PAISAGEM AGRÍCOLA EM PORTUGAL:

UMA TIPOLOGIA DE CONCELHOS¹

Maria de Nazaré Oliveira Roca

mn.roca@fcsb.unl.pt

Nuno Leitão

nunogeo@sapo.pt

e-GEO Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa

Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa

Tel: 21 793 3519 (ext.220); Fax: 21 797 7759

Introdução

Nos últimos anos, na Europa, os estudos sobre a paisagem têm assumido uma importância cada vez maior. Isto deve-se, sobretudo, ao facto das investigações de carácter científico sobre a paisagem não tratarem apenas de questões relacionadas com seu valor estético mas, sobretudo, por cada vez mais focarem o papel da paisagem na preservação ou transformação da identidade dos territórios bem como o seu papel social e económico (Castells, 2003; Cosgrove, 1998; Groote et al, 2000). Este interesse crescente por essas funções da paisagem, tanto de parte de cientistas como de técnicos de planeamento e decisores políticos, reflectiu-se na assinatura da Convenção Europeia da Paisagem pelos chefes de Estado e de governo do Conselho da Europa, a 20 de Outubro de 2000. De facto, no Preâmbulo da Convenção afirma-se que *“a paisagem contribui para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia... e ...[que] desempenha importantes funções de interesse público, nos campos cultural, ecológico, ambiental e social, e constitui um recurso favorável à actividade económica, cuja protecção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para a criação de emprego”².*

¹ Esta comunicação apresenta alguns resultados preliminares do projecto “IDENTERRA – Identidade Territorial no Desenvolvimento Regional e Local: A Região Oeste (FCT/SAPIENS- POCTI/GEO/48266/2002).

² Diário da República de 14 de Fevereiro de 2005, pg. 1025.

Nessa mesma Convenção, a paisagem é designada como: “...*uma parte do território...cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos*”.³ Espenica (1994:85), também, afirma que “*a paisagem é a expressão visível dos componentes físicos e biológicos e das actividades e estabelecimentos humanos num determinado território*”. No entanto, a população não deve ser encarada apenas como um factor de formação, transformação e conservação da paisagem mas, também, como um dos elementos essenciais das paisagens culturais (agrícolas, industriais, rurais, urbanas, mista, etc.) (Roca e Roca (2004). Assim, por um lado, a paisagem urbana é marcada fortemente pela presença da população (no trabalho ou em lazer) e, não só, pelos elementos materiais que foram criados por ela (edifícios, parques, pontes, etc). Por outro lado, a paisagem dos espaços rurais profundos caracteriza-se pela importância decrescente ou mesmo pela ausência da população, o que pode dar origem à chamada “paisagem de despovoamento”, onde sobressaem as terras incultas, as alfaias e os prédios agrícolas abandonados, etc. (Nejašmić, 1991).

Enquadramento Teórico-Metodológico

Esta comunicação tem como objecto de estudo um subtipo de paisagem cultural, ou seja, a paisagem agrícola, definida por Cary (1994:49), de acordo com Bertrand (1975), como “*um conjunto no qual os elementos naturais ou directamente derivados do meio natural (relevo, clima, solo, água, vegetais e animais) se combinam dialecticamente com os elementos humanos*”.

Nas últimas décadas, a sustentabilidade das paisagens agrícolas portuguesas, está em risco: por um lado, nas áreas rurais mais próximas às cidades de grandes e médias dimensões, devido à expansão urbana difusa, o uso agrícola tem de competir cada vez mais com outros usos do solo; a própria actividade, para se tornar mais rentável, torna-se mais especializada; a população natural dessas áreas passa a dedicar a maior parte do seu tempo a actividades fora da agricultura ou mesmo abandona essa actividade. Esses factos combinados podem levar à descaracterização da paisagem rural. Por outro lado, nos vastos espaços rurais profundos (Cavaco, 1996) o despovoamento e/ou envelhecimento da população agrícola reflecte-se na diminuição acentuada da intensidade do trabalho agrícola ou mesmo no abandono dos campos. Fica, assim, evidente que as dinâmicas populacionais têm um papel primordial na transformação das paisagens agrícolas.

³ Diário da República de 14 de Fevereiro de 2005, pg. 1025.

Levando em consideração os factos acima descritos, o objectivo desta comunicação é produzir uma tipologia dos concelhos de Portugal Continental de acordo com a estrutura e dinâmica da população agrícola. Pretende-se que esta possa servir de instrumento metodológico auxiliar para a elaboração de uma política de desenvolvimento sustentável da paisagem uma vez que pode contribuir para um melhor conhecimento sobre os grupos populacionais, ao mesmo tempo elementos da paisagem e principais actores da sua transformação.

A unidade de análise adoptada foi o concelho uma vez que é a menor unidade territorial-administrativa para a qual há dados disponíveis dos Censos Agrícolas de 1989 e 1999 sendo que foi, também utilizada informação contida nos Censos da População de 1991 e 2001. Foram seleccionados 202 concelhos que puderam preencher os seguintes critérios referentes à condição de rural:⁴ (i) concelhos com a totalidade da população a viver isolada ou em lugares com menos de 5000 habitantes **ou** (ii) concelhos com densidade populacional abaixo de 100 habitantes por quilómetro quadrado. O critério comumente utilizado “10% ou mais de população activa empregada na agricultura como actividade principal no total da população” não foi incluído por se considerar que dessa forma não entraria na análise um número considerável de concelhos em que a população se dedica à agricultura de modo secundário mas onde o espaço é ainda bastante marcado por essa actividade. Foram, assim, eliminados 76 concelhos, ou seja, todos os concelhos da Área Metropolitana de Lisboa (excepto Mafra), alguns de sua área de influência (Torres Vedras, Benavente e Peniche), todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto, concelhos com cidades médias, sedes de distritos e, também, com cidades de menor dimensão - quase todas localizadas em áreas demográfica e economicamente dinâmicas.

Foram escolhidos 55 indicadores. A maioria corresponde às principais características da população agrícola: (i) situação na profissão e horas de trabalho semanais da população empregada na agricultura como actividade principal; (ii) tamanho, crescimento, idade, nível de instrução, tempo dedicado à actividade agrícola, actividade remunerada exterior à exploração agrícola da população agrícola familiar e do produtor singular bem como o tipo de rendimento do agregado doméstico do produtor (exterior ou não à exploração). Com o intuito de verificar a relação entre a população e a actividade agrícola, foram incluídos indicadores sobre o uso do solo agrícola e sobre o número e crescimento das explorações tais como sobre a sua dimensão média. A dinâmica da população e das explorações

⁴ Não foi ainda atingido consenso quanto aos critérios utilizados para se definir o espaço rural. Entre os muitos utilizados, isolados ou combinados, destacam-se a densidade populacional, a actividade agrícola e o número de habitantes das unidades territoriais a diversas escalas (Vitorino et al, 2004; Roca, 1998; Comissão Europeia, 1995).

agrícolas só pôde ser estudada para a década de noventa devido à escassez de dados para períodos anteriores.

Estes indicadores foram carregados no SPSS⁵, e posteriormente sintetizados através da análise factorial⁶. O método de extracção utilizado foi o das componentes principais com recurso à matriz de correlações, dado que as variáveis em análise não se encontravam com a mesma amplitude de medida.

Foram retirados os indicadores com comunalidades inferiores a 0,4 e pesos factoriais abaixo de +/- 0,5. A análise ficou, assim reduzida a um conjunto de 33 indicadores que correspondem aos mais interrelacionados (quadro 1). Com este novo conjunto de indicadores, foram extraídos 3 factores que explicam 57,1% da variância comum total⁷. Procedeu-se também à rotação dos factores como forma de obter uma solução mais interpretável. O método usado foi o *varimax*.⁸

Após ter sido executada a análise factorial, passou-se à análise de clusters, ou seja, a um processo que permite classificar indivíduos ou variáveis em grupos ou tipos. O objectivo desse modelo estatístico de análise é que “cada observação pertencente a um determinado *cluster* (...) seja similar a todas as outras pertencentes a esse *cluster*, e (...) seja diferente das observações pertencentes aos outros *clusters*” (Maroco, 2003).

Como variáveis de input usaram-se os três factores extraídos da análise factorial, os quais sintetizam as relações entre os 33 indicadores iniciais. Testaram-se um conjunto de métodos de aglomeração. Foram obtidos resultados bastante semelhantes. Esta coerência certifica a qualidade da estrutura de dados.⁹ Foi escolhido o método de *Ward* tendo por base a análise da distribuição dos clusters, bem como pelo facto de muitos estudos terem concluído serem este método e o *average linkage*, aqueles que apresentam melhores resultados (Rencher, 2002).¹⁰ A aplicação do método de *Ward* resultou na extracção de seis *clusters*.

⁵ SPSS 13.0 for Windows; Release 13.0 (1 September 2004).

⁶ A análise factorial é uma técnica de análise exploratória de dados que tem por objectivo descobrir e analisar a estrutura de um conjunto de variáveis interrelacionadas de modo a construir uma escala de medida para factores (intrínsecos) que de alguma forma (mais ou menos explícita) controlam as variáveis originais (Maroco, 2003).

⁷ Esta percentagem é considerada significativa para investigações na área das ciências sociais e humanas (Maroco, 2003).

⁸ A rotação implica somente uma translação dos eixos factoriais no espaço factorial sem alterar a orientação dos vectores que representam as variáveis (Hair et al, 2003).

⁹ “Se todos estes produzirem soluções interpretáveis similares, é possível concluir que a matriz dos dados apresenta agrupamentos naturais e não artificiais” (Moroco, 2003).

¹⁰ Através do método de Ward são agrupados os itens (concelhos) que provoquem um aumento mínimo no valor da soma dos quadrados dos erros. A obtenção deste valor pressupõe o cálculo da média das variáveis para cada grupo, do quadrado euclidiano da distância entre essas médias e dos valores das variáveis para todos os itens

Quadro 1 – Variáveis seleccionadas para análise e respectivos pesos factoriais.

	1	2	3
Percentagem de população agrícola masculina empregada no total da população masculina empregada, 2001	0,68		
Percentagem de empregadores no total da população agrícola, 2001		-0,60	
Percentagem de trabalhadores por conta própria no total da população empregada na agricultura, 2001			-0,66
Percentagem de trabalhadores familiares não remunerados no total da população empregada na agricultura, 2001		-0,52	
Percentagem de população agrícola que trabalhou 35 horas ou menos horas no total da população empregada na agricultura, 2001			-0,64
Percentagem da superfície agrícola utilizada (SAU) na área total da exploração agrícola, 1999			0,83
Taxa de crescimento das terras aráveis, 1989 a 1999			0,61
Percentagem de culturas permanentes na SAU da exploração agrícola, 1999			
Percentagem de matas e florestas na superfície total da exploração 1999			-0,77
Taxa de crescimento do número de explorações agrícolas, 1989 a 1999	0,82		
Dimensão média da SAU, 1999 (hectares)			0,71
Percentagem de explorações com rendimentos do agregado doméstico do produtor de origem exclusivamente da actividade da exploração no total das explorações, 1999		-0,54	0,52
Percentagem de explorações com rendimentos do agregado doméstico do produtor de origem principalmente da actividade da exploração no total das explorações, 1999		-0,61	
Percentagem de explorações com rendimentos do agregado doméstico do produtor de origem exterior à actividade da exploração no total das explorações, 1999		0,61	-0,56
Taxa de crescimento das explorações com rendimentos do agregado doméstico do produtor de origem exterior à actividade da exploração no total das explorações, 1989 a 1999	0,64		
Taxa de crescimento das explorações com tractores, 1989 a 1999	0,55		
Percentagem de população agrícola familiar no total da população do concelho, 1999	0,75		
Taxa de crescimento da população agrícola familiar, 1989 a 1999	0,79		
Taxa de crescimento da população agrícola familiar masculina, 1989 a 1999	0,77		
Taxa de crescimento da população agrícola familiar feminina, 1989 a 1999	0,80		
Percentagem de população agrícola familiar que dedica até 25% do seu tempo à actividade agrícola no total da população agrícola familiar, 1999		0,58	
Taxa de crescimento da população agrícola familiar que dedica até 25% do seu tempo à actividade agrícola, 1989 a 1999	0,69		
Percentagem de população agrícola familiar que dedica 75% ou mais do seu tempo à actividade agrícola no total da população agrícola familiar, 1999		-0,57	
Percentagem de população agrícola familiar cuja actividade remunerada exterior à exploração é principal no total da população agrícola familiar, 1999	-0,54	0,58	
Percentagem de produtores singulares com formação profissional exclusivamente prática no total dos produtores singulares, 1999			-0,56
Percentagem de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos produtores singulares, 1999			0,67
Percentagem de produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à actividade agrícola no total dos produtores singulares, 1999		0,75	
Taxa de crescimento dos produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à actividade agrícola, 1989 a 1999	0,67		
Percentagem de produtores singulares que dedicam 75% ou mais do seu tempo à actividade agrícola no total dos produtores singulares, 1999		-0,75	
Percentagem de produtores singulares cuja actividade remunerada exterior à exploração é principal no total dos produtores singulares, 1999		0,79	
Percentagem de outros membros da família dos produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário no total dos outros membros da família dos produtores singulares, 1999		0,64	
Percentagem de outros membros da família dos produtores singulares que dedicam 75% ou mais do seu tempo à actividade agrícola no total dos outros membros da família dos produtores singulares, 1999		-0,63	
Percentagem de outros membros da família dos produtores singulares cuja actividade remunerada exterior à exploração é principal no total dos outros membros da família dos produtores singulares, 1999	-0,63		

(concelhos), e calculando ainda a soma das distâncias para todos os concelhos. Consegue-se minimizar a variância interna dentro do cluster e maximizar a variância entre clusters. O mesmo é dizer que se obtêm clusters de concelhos com forte homogeneidade, e forte heterogeneidade entre si.

A Diversidade da População Agrícola

Em todos os três factores extraídos da análise factorial puderam ser identificados grupos distintos de população agrícola. Ficou nítida a diferenciação entre os grupos que praticavam a agricultura a tempo inteiro ou parcial, como actividade principal ou secundária.

No factor 1, que acumula 25% da variância comum total, obtiveram-se pesos factoriais positivos elevados nos indicadores relacionados com o tamanho e crescimento da população agrícola familiar, principalmente a que se dedica à agricultura a tempo parcial, bem como nos indicadores “agregado do produtor com rendimentos exteriores à exploração”, “crescimento do número de explorações agrícolas”, e “crescimento do número de tractores” (ver quadro 1). Por outro lado, os indicadores sobre a população agrícola cuja actividade remunerada exterior à exploração é principal apresentaram pesos factoriais negativos bastante altos. Em síntese neste factor podem ser identificados dois grupos: *“população que se dedica à agricultura a tempo parcial e sem actividade fora da exploração”* e *“população agrícola familiar cuja actividade exterior à exploração é principal”*.

No factor 2 que corresponde a 17% da variância comum total, aparecem polarizados os indicadores referentes ao tempo que a população familiar dedica à agricultura, à existência de actividade remunerada exterior à exploração bem como à origem dos rendimentos do agregado doméstico do produtor (ver quadro 1). Assim, de um lado, com pesos factoriais positivos elevados estão os indicadores: população agrícola familiar e produtores singulares que dedicam até 25% do seu tempo à actividade agrícola e que têm uma actividade remunerada e rendimentos do agregado do produtor exteriores à exploração. Além disso, outros membros da família do produtor, excluindo o cônjuge e incluindo os filhos, completaram, pelo menos o ensino secundário. Pode-se assim, chamar a esse grupo de *“população familiar a tempo parcial com actividade e rendimentos fora da exploração (incluindo pensões, reformas e remessas) e com outros membros do agregado mais instruídos”*.

Por outro lado, registam pesos factoriais negativos elevados os seguintes indicadores: empregadores, trabalhadores familiares não remunerados, população agrícola familiar e produtores singulares a dedicarem pelo menos 75% do seu tempo à actividade agrícola e cujos rendimentos do agregado doméstico provêm principalmente ou exclusivamente de actividades nas explorações. Este grupo pode ser, portanto, denominado de *“população familiar com a agricultura como actividade principal e que utiliza trabalho remunerado e não-remunerado”*.

Quadro 1 – Variáveis seleccionadas para análise e respectivos pesos factoriais.

O factor 3, que é responsável por 15% da variância total, apresenta pesos factoriais com valores positivos significativos no caso dos seguintes indicadores: produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário, explorações com rendimentos do agregado doméstico do produtor de origem exclusivamente da actividade da exploração. Esses indicadores estão directamente correlacionados com indicadores sobre a percentagem de superfície agrícola utilizada (SAU) na área agrícola da exploração, a taxa de crescimento das terras aráveis (que é negativa) e a dimensão média das explorações (ver quadro 1). Assim, pode deduzir-se ser esse grupo constituído por *produtores singulares mais instruídos em explorações de dimensões acima da média, com a agricultura como actividade principal e com terras aráveis cuja área foi reduzida*.

Por sua vez, os seguintes indicadores registaram pesos factoriais negativos altos: trabalhadores por conta própria, população que trabalha menos de 35 horas por semana na actividade agrícola, produtores singulares com formação profissional exclusivamente prática e explorações cuja origem dos rendimentos do agregado doméstico é exterior à exploração, bem como área de matas ou florestas na superfície total da exploração. Trata-se, portanto, de *produtores singulares tradicionais a dedicar-se à agricultura por conta própria, a tempo parcial, sem actividade fora da agricultura mas com rendimentos exteriores à exploração (provavelmente pensões/reformas/remessas) cuja área inclui matas e florestas*.

Situação e dinâmica das áreas rurais segundo a população e o uso do solo

Obtiveram-se seis *clusters* de concelhos (figura 1). Cada um dos *clusters* foi definido por um ou mais dos factores descritos acima que correspondem a grupos populacionais distintos (figura 2).

Antes de se iniciar a análise de cada *cluster* é importante mencionar que, em fins da década de noventa, o cenário que marcava o espaço rural em Portugal era o de redução da SAU e de uma significativa diminuição da população agrícola familiar, que se dedicava à agricultura tanto a tempo parcial como a tempo inteiro a par com a predominância de agregados familiares que viviam de rendimentos exteriores à exploração mas que provinham mais de reformas, pensões ou remessas do que de uma actividade económica uma vez que a população agrícola na sua maioria já estava acentuadamente envelhecida. Durante essa década, ao mesmo tempo que a paisagem agrícola diminuía, assistia-se à extensificação da actividade com a regressão generalizada da área de terras aráveis e o aumento, em praticamente todos os concelhos, da área de pastagens permanentes. Ademais, em um

número considerável de concelhos, a área de matas e florestas registou um forte aumento. Assim, ao mesmo tempo em que a agricultura estava a perder a importância em termos de recursos humanos e de uso do solo estava a transformar-se principalmente através da sua extensificação. Interessante é, também, mencionar que, em fins da década de noventa, o turismo e o artesanato ainda não representavam uma actividade alternativa para os agregados das explorações agrícolas. Contudo, em cada grupo de concelhos (clusters) essas transformações tiveram as suas especificidades.

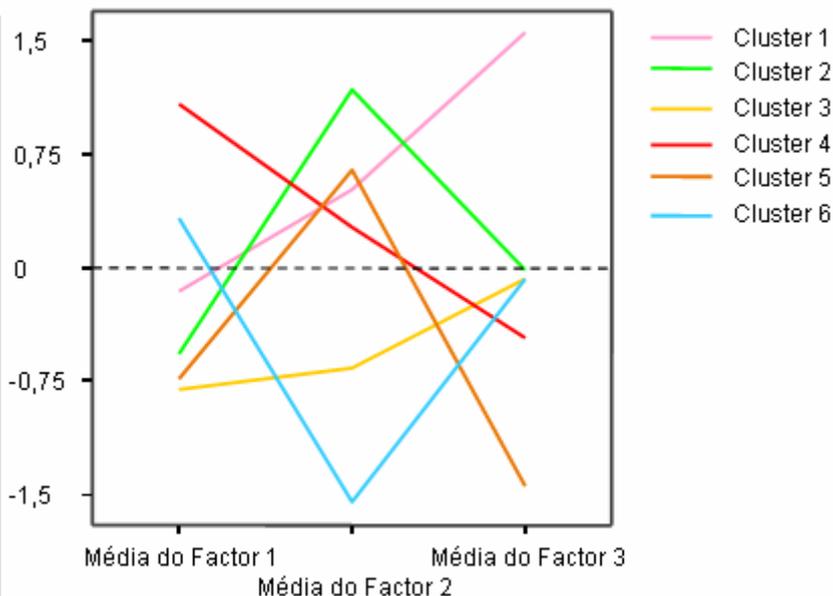
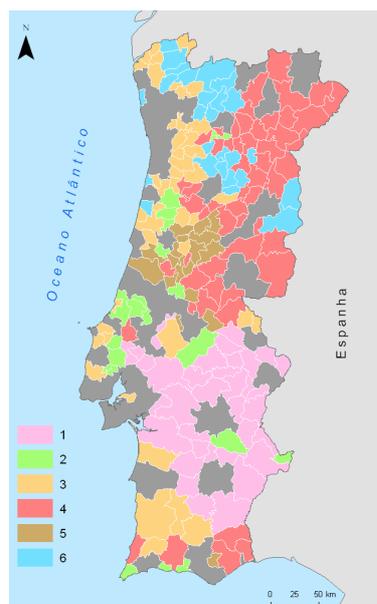


Figura 1 – Distribuição dos clusters **Figura 2** – Média dos factores de cada cluster

A presença de *produtores singulares mais instruídos em explorações com a agricultura como actividade principal* caracteriza o **cluster 1** (37 concelhos), que abrange 8% da população e 46% da superfície agrícola utilizada (SAU) de todos os concelhos incluídos na análise. Corresponde a uma mancha contínua que se estende pela maior parte dos concelhos do Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e por todos os concelhos do Alentejo Central (excepto Portel) e que chega até o Alentejo Litoral (ver figura 1).

Em 2001, as densidades populacionais dos concelhos deste grupo eram muito baixas (na maioria com menos de 20 hab/km²). Entre 1991 e 2001, a população efectiva diminuiu ligeiramente, excepto em alguns concelhos ribatejanos onde houve um fraco aumento. Além disso, em 2001, em todos os concelhos a população já estava envelhecida e a renovação da população que se dedicava à agricultura como actividade principal não estava mais garantida.¹¹ Em 1999, a população agrícola familiar não passava de um terço da população total dos concelhos, na maioria das vezes nem de um quinto e diminuiu nos anos noventa.

¹¹ Ou seja, havia menos agricultores entre os 20 e 29 anos do que entre os 50 e 59 anos.

Por sua vez, a população e os produtores que se dedicavam à agricultura como actividade principal aumentaram em metade dos concelhos e diminuíram na outra metade. É de registar que, a maioria dos concelhos apresentava uma proporção superior a 10% de produtores singulares com, pelo menos, o ensino secundário.

Nessas áreas predominantemente rurais, em 1999, a dimensão da SAU era acima da média nacional tendo aumentado consideravelmente nos anos noventa. A SAU bem como a sua proporção na superfície total da exploração, também, aumentou. Predominavam as terras aráveis mas as pastagens permanentes eram, também, importantes, principalmente no Alentejo Central. Contudo, enquanto que a área de pastagens permanentes aumentou consideravelmente, a área de terras aráveis decresceu, excepto no Ribatejo e em alguns concelhos do Alto e Baixo Alentejo. Ademais, a área das explorações coberta por matas ou florestas, apesar de ser pequena, registou um forte aumento.

No **cluster 2** (21 concelhos) o grupo predominante é o de *agricultores a tempo parcial com actividade e rendimentos exteriores à exploração cujos outros membros do agregado do produtor, provavelmente filhos, são mais instruídos.*

Abrange 11% da população agrícola e 7% da SAU de todos os concelhos incluídos na análise. Corresponde a manchas de concelhos dispersos pelo território português, tanto no litoral como no interior de Portugal Continental: no Douro, os concelhos contíguos de Mesão Frio e Peso da Régua, próximos de Vila Real; no litoral Centro, duas manchas de concelhos (Mealhada-Anadia-Águeda e Alcobaça-Batalha-Porto de Mós-Alcanena) e dois concelhos isolados: Condeixa-a-Nova (contíguo a Coimbra) e Ferreira do Zêzere (contíguo a Tomar); na Área de influência da AML, a mancha de concelhos constituída por Arruda dos Vinhos-Sobral de Monte Agraço-Alenquer-Cadaval; no interior sul: Ponte de Sôr (no Alto Alentejo), Portel (no Alentejo Central) e Barrancos (no Baixo Alentejo); no Algarve: Vila do Bispo, Lagoa e Albufeira (ver figura 1).

Em 2001, neste grupo, a densidade populacional da maior parte dos concelhos era de 100 a 200 hab/km². Entre 1991 e 2001, na grande maioria dos municípios, a população efectiva cresceu embora já estivesse no início do processo de envelhecimento. Também nos anos noventa, registou-se um decréscimo na população agrícola familiar que representava, no fim do período, de 20 a 40% da população dos concelhos. Mais grave é o facto da população que se dedicava à agricultura a tempo parcial ter diminuído bem como as explorações cujos membros do agregado exerciam a actividade económica principal fora da exploração. Quanto ao nível de instrução, na maioria dos concelhos, os produtores com, pelo menos, o ensino secundário, não ultrapassavam os 5%. Por outro lado, os outros membros do

agregado do produtor, incluindo os filhos, com pelo menos, esse nível de ensino, representavam entre 20 e 30% do total de outros membros do agregado.

São áreas semi-rurais, próximas de concelhos com grandes e médias cidades. Em 1999, em quase todas as explorações a dimensão média da SAU, que aumentou significativamente nos anos noventa, era abaixo de 5 ha. Contudo, no mesmo período a SAU diminuiu bastante. Na maioria dos concelhos predominavam as áreas de culturas permanentes, principalmente no Douro e no Oeste. Contudo essas áreas diminuíram consideravelmente, principalmente no Oeste e Pinhal Litoral, enquanto que aumentaram as de pastagens permanentes apesar de representarem ainda pouco da SAU. Quanto à superfície coberta por matas ou florestas, em metade dos concelhos aumentou e na outra metade diminuiu.

No **cluster 3** (45 concelhos) destaca-se a *população agrícola familiar cuja actividade exterior à exploração é principal e cujo rendimento não inclui pensões/reformas/remessas bem como a população familiar com a agricultura com actividade principal e que utiliza trabalho remunerado e não remunerado.*

Abrange 24% da população agrícola e 14% da SAU de todos os concelhos incluídos na análise. Essas áreas encontram-se quase todas próximas ou no litoral (ver figura 1). No litoral norte podem ser identificadas duas manchas de concelhos, no Alto Minho e no Baixo Minho. Outra mancha de concelhos estende-se desde o Vale do Tâmega até o Baixo Mondego e penetra para o interior pela região da Beira Alta até próximo a Viseu. Ainda no litoral Centro são abrangidos três concelhos do Oeste (Bombarral-Lourinhã-Óbidos e Nazaré) sendo que são, também, de registar Alcochete e Mafra, na Área Metropolitana de Lisboa, bem como Chamusca, no Ribatejo. No interior Sul aparecem dois concelhos: Marvão-Castelo de Vide enquanto que no litoral sul identifica-se uma mancha que abrange os concelhos de Grândola-Odemira-Ourique-Almodôvar-Monchique.

Em 2001, as densidades populacionais dos concelhos desse grupo variavam predominando aqueles com menos de 100 hab/km² seguidos pelos concelhos com densidades entre os 100 e 200 hab/km². Os concelhos do Vale do Tâmega e do Baixo Vouga tinham densidades maiores do que 200 hab/km². Entre 1991 e 2001, a população efectiva aumentou nas regiões litorais (Cavado, Baixo Vouga, Baixo Mondego, Oeste) e diminuiu no Alto Minho, Alentejo Litoral e no Concelho de Monchique. Apesar de que na maioria dos concelhos a população já se encontrava envelhecida, quase um terço dos concelhos ainda não havia iniciado este processo, sendo o cluster com melhor composição etária. Em 1999, a população agrícola familiar, que diminuiu na década de noventa, tinha pouco peso na população total uma vez que na maioria dos concelhos não chegava a representar um

quarto e em nenhum concelho apresentava uma percentagem superior a 40%. Além disso, esta população que se dedicava à agricultura a tempo parcial ou a tempo inteiro diminuiu sensivelmente. Quanto ao nível de ensino atingido pelo produtor, em 1999, em quase todos os concelhos, a proporção de pessoas com pelo menos o ensino secundário não ultrapassava os 5% e entre os membros do agregado do produtor na grande maioria dos concelhos esta proporção estava entre os 10 e 20%. É de assinalar que nos concelhos do noroeste, a situação era ainda mais desfavorável.

Trata-se de áreas rurais onde, em 1999, na grande maioria dos concelhos, a dimensão média da SAU não ultrapassava os 5 hectares, principalmente no Minho e na Beira Alta. Contudo, essa dimensão cresceu nos anos noventa, em quase todos os concelhos. Predominavam as terras aráveis (principalmente no Baixo Vouga, Baixo Mondego e Vale do Tâmega), tendo as culturas (no Oeste e Vale do Tâmega) e pastagens permanentes (no Alentejo e Alto Minho) importância secundária. Entretanto, nos anos noventa, na maioria dos concelhos, registou-se a diminuição da SAU bem como das áreas de terras aráveis, de culturas permanentes, de matas ou de florestas e, ao mesmo tempo, o aumento das áreas de pastagens permanentes.

O **cluster 4** (55 concelhos) caracteriza-se pela forte presença da *população familiar que se dedica à agricultura a tempo parcial com rendimentos do agregado doméstico exterior à exploração (incluindo pensões reformas remessas) mas sem actividade fora da exploração*.

Este *cluster* abrange 35% da população agrícola familiar e 23% da SAU de todos os concelhos que entraram na análise. Corresponde a uma mancha de municípios do interior, que vai desde Alto-Trás-os-Montes, Alto Douro, passando por Dão-Lafões, pela Serra da Estrela, pela Beira Interior Norte, Cova da Beira, Beira Interior Sul, estendendo-se até ao Pinhal Interior Norte e ao Pinhal Interior Sul. Fora dessa região destacam-se Baião (no Vale do Tâmega) Rio Maior (na Lezíria do Tejo) e alguns concelhos da serra algarvia (Alzejur, Silves, Tavira, Alcoutim e Castro Marim) (ver figura 1).

Em 2001, as densidades populacionais da maioria dos concelhos desse grupo estavam entre 20 e 50 hab/km², sendo que todos os concelhos apresentaram crescimento negativo da população efectiva entre 1991 e 2001, com excepção de Alzejur e Silves (graças ao crescimento migratório positivo). Este *cluster* estava entre os mais envelhecidos do País já que mais de metade dos seus concelhos apresentava índices de envelhecimento entre os 100 e 200 e um pouco mais de 40%, índices ainda mais elevados, destacando-se os concelhos da Beira Interior Sul e do Pinhal Interior Sul bem como Nisa no Alto Alentejo e Alcoutim, no Algarve. Em 1999, essas áreas eram ainda muito marcadas pela presença da

população agrícola familiar que, embora tenha diminuído nos anos noventa, abrangia ainda, na maioria dos concelhos, entre 50 e 70% da população residente. Por outro lado, a população e, particularmente, os produtores que se dedicam à agricultura a tempo parcial aumentaram em quase dois terços dos concelhos. Este aumento, porém, deve ter derivado do facto da população que se dedicava à agricultura a tempo inteiro ter passado a exercer essa actividade a tempo parcial. Além disso, na grande maioria dos concelhos, não mais do que 5% dos produtores havia concluído, pelo menos, o ensino secundário. Contudo, o nível de instrução dos outros membros do agregado, incluindo os filhos, é mais elevado uma vez que em quase todos os concelhos essa percentagem os 20%.

Nestas áreas rurais, a dimensão média da SAU era abaixo dos 10 hectares sendo que em metade dos concelhos aumentou, principalmente em Trás-os-Montes e na Beira Interior e, na outra metade, diminuiu. Na grande maioria dos municípios, porém, a SAU diminuiu. As culturas permanentes prevaleciam na maior parte deles. Em quase todos os restantes concelhos, as terras aráveis eram o tipo de uso do solo mais frequente. Contudo, foi a área de pastagens permanentes a que mais cresceu nos anos noventa em mais de dois terços dos concelhos, enquanto que a área de culturas permanentes aumentou em um pouco mais da metade deles. Por outro lado, a área de terras aráveis diminuiu consideravelmente. Ademais, a área coberta por matas ou florestas que, na maioria dos concelhos, correspondia a mais de 20% da superfície total da exploração, aumentou significativamente em quase todos os municípios.

O **Cluster 5** (18 concelhos), localizado no interior do país, é marcado pela presença de *produtores singulares que exercem a agricultura a tempo parcial, com rendimentos exteriores à exploração (o mais provavelmente pensões/reformas/remessas) com formação exclusivamente prática e que trabalham por conta própria mas não têm actividade principal fora da exploração e em cujas explorações são importantes as áreas de matas ou florestas.*

Este cluster abrange apenas uma pequena proporção da população agrícola familiar (7%) e da SAU (2%) de todos os concelhos incluídos na análise. A maioria forma uma mancha quase contínua que se estende pelo Pinhal Interior Norte, Pinhal Litoral e pelo Baixo Mondego. Também no interior aparecem isolados Gavião (Alto Alentejo), Constância (Médio Tejo) e São Brás do Alportel (Algarve) (ver figura 1).

Em 2001, em quase todos os concelhos, a densidade populacional não atingia os 100 hab/km² sendo que em metade deles não chegava mesmo aos 50 hab./km². Nessas áreas, na década de noventa, registou-se um acentuado decréscimo populacional, excepto em alguns concelhos contíguos a Coimbra e em São Brás do Alportel cuja população cresceu

devido a um balanço migratório favorável. Além disso, este cluster apresentava a população mais envelhecida de Portugal, uma vez que quase metade dos concelhos registou um índice de envelhecimento acima de 200, destacando-se os concelhos do Pinhal Interior Norte e de Gavião. Em menos de um terço dos concelhos, a população agrícola familiar, em regressão na década de noventa, representava mais de 20% da população efectiva, sendo que em nenhum concelho ultrapassava os 50%. Predominava a população e, particularmente, os produtores que se dedicavam a tempo parcial à agricultura sendo que, na grande maioria dos concelhos, o seu número diminuiu nos anos noventa. Ademais, o nível de instrução dos produtores era muito baixo pois praticamente em todos os concelhos a percentagem dos que tinham o ensino secundário não passava de 3%. Por outro lado, quanto aos outros membros do agregado, esta percentagem variava entre 20 e 25%.

Neste grupo de concelhos rurais, quase todos têm explorações com dimensões médias da SAU que não ultrapassam os 3 hectares, sendo assim o cluster com os menores valores embora, entre 1989 e 1999, essa dimensão tivesse apresentado um crescimento modesto na maioria dos municípios. Nestas áreas predominavam as matas e florestas na superfície total das explorações, embora tenham diminuído consideravelmente no período entre 1989 e 1999. Por outro lado, em metade dos concelhos, as áreas de culturas permanentes (particularmente no Pinhal Interior Norte) ocupavam a maior parte da SAU, sendo que, em um terço, predominavam as terras aráveis. Contudo, em quase todos os concelhos, a SAU e os principais usos do solo agrícola decresceram nos anos noventa.

O **Cluster 6** (26 concelhos) caracteriza-se pela presença de *população agrícola familiar que exerce a agricultura como actividade principal e que utiliza trabalho remunerado e não remunerado*.

Este cluster abrange 16% da população agrícola familiar e 8% da SAU de todos os concelhos que fizeram parte da análise. Uma primeira mancha de concelhos estende-se desde o Minho-Lima, passando pelo Vale do Cavado, entrando em Alto-trás-os-Montes (Montalegre, Boticas e Vila Pouca de Aguiar) e, para sul, pelo Vale do Tâmega. Outra mancha cobre concelhos na região de Dão-Lafões. Pertencem, também a este cluster: Penedono (no Douro), dois concelhos da Beira Interior (Almeida e Sabugal), um concelho no litoral Norte (Esposende) e dois no litoral Centro (Vagos e Murtosa) (ver figura 1).

Nestas áreas rurais, em 2001, dois terços dos concelhos apresentavam densidades entre os 20 e 100 hab/km². Em quase todos eles houve decréscimo populacional entre 1991 e 2001, ao passo que, a grande maioria dos concelhos, já apresentava a população envelhecida embora em mais de um quarto não se tivesse ainda iniciado esse processo. Consoante com

essas tendências, a renovação da população activa que se dedicava à agricultura como actividade principal não estava mais assegurada em 2001. Os empregadores e os trabalhadores não remunerados apareciam com proporções mais elevadas do que na maioria dos restantes clusters. Contudo, a população agrícola familiar, em diminuição, não ultrapassava a metade em quase nenhum dos concelhos sendo que na maioria deles rondava um terço da população residente. Na maior parte dos concelhos, a população e os produtores que se dedicavam principalmente à actividade agrícola diminuíram. Por outro lado, o nível de ensino atingido pelo produtor era muito baixo pois, em todos os concelhos, menos de 5% deles terminou o ensino secundário. Quando se trata de outros membros do agregado, essa proporção ultrapassa os 10% mas não chega a atingir os 20%.

Em 1999, a dimensão média da SAU não ultrapassava os 5 hectares sendo que nos anos noventa havia aumentado em quase todos os concelhos. Por outro lado, a SAU era ocupada quase que igualmente por terras aráveis (principalmente no Cavado e Beira Alta) ou pastagens permanentes (principalmente no Minho-Lima e Tâmega). Contudo, enquanto que na maioria dos concelhos a área de pastagens permanentes aumentou a área de terras aráveis diminuiu. Por outro lado, tanto a área de culturas permanentes como de matas ou florestas diminuiu em metade e aumentou na outra metade dos concelhos.

A Transformação das Paisagens Agrícolas e a População

Após a análise de cada grupo de concelhos, pode-se concluir que, em fins dos anos noventa, em Portugal Continental, tanto no interior como no litoral, tanto no Norte, Centro ou Sul, a paisagem agrícola havia regredido. Esta tendência negativa está estreitamente relacionada com a diminuição acentuada da população agrícola familiar verificada nessa década. Nos grupos de concelhos localizados maioritariamente no litoral ou próximo dele, apesar de terem, em geral, registado crescimento da população efectiva (clusters 2 e 3), a pluriactividade da população agrícola perdeu importância. Assim, a paisagem agrícola competia, cada vez mais com outras paisagens, devido à expansão da urbanização difusa, em muito consequência do alargamento da área de movimentos pendulares diários entre as grandes e médias cidades e o seu *hinterland* rural. Estes movimentos abrangem não só a os habitantes naturais do campo, principalmente as gerações mais jovens, que optaram por actividades urbanas e pelo abandono da actividade agrícola mas, também, população urbana que escolheu residir em ambientes mais rurais.

Nos grupos de concelhos situados no interior Norte e Centro (clusters 4 e 5) bem como na serra algarvia, áreas de acentuado envelhecimento demográfico e despovoamento, a população familiar dedicava-se à agricultura a tempo parcial mas não exercia nenhuma actividade fora das explorações, vivendo em parte de reformas, pensões ou remessas. Contudo, enquanto que nas regiões do Norte e da Beira Interior a população agrícola ainda marcava a paisagem, embora estivesse a diminuir, nos Pinhais essa população era já pouco expressiva.

Especial atenção merece o grupo de concelhos localizados, maioritariamente no Noroeste interior e na Beira Alta (cluster 6) onde, embora a paisagem agrícola estivesse, também, a se contrair, a população ainda se dedicava à agricultura a tempo inteiro.

Vale mencionar que, na década de noventa, ao mesmo tempo que a paisagem agrícola regredia, em parte devido às dinâmicas demográficas negativas, expandiam-se os usos do solo que dependiam menos de mão-de-obra agrícola permanente o que se reflecte no aumento generalizado (excepto nos Pinhais) da área de pastagens permanentes e, em um número considerável de concelhos, da área de culturas permanentes bem como da área de matas e florestas. Contudo, os subsídios da PAC que incentivaram a extensificação da agricultura tiveram, talvez, um papel ainda mais importante nessas mudanças do uso do solo.

Neste cenário bastante negro, o grupo de concelhos que abrange a quase totalidade do Alentejo e do Ribatejo (cluster 1) constitui excepção uma vez que foi o único em que, em fins dos anos noventa, a paisagem agrícola não estava em risco de desaparecer pois a superfície agrícola utilizada (SAU) aumentou. Contudo, essa paisagem caracteriza-se, como nos outros casos, pela perda de importância da população agrícola uma vez que se expandiram os usos de solo em que se desenrolam actividades que requerem pouca mão-de-obra como a pecuária e a silvicultura. Em outras palavras, trata-se de áreas rurais com a paisagem agrícola em transformação e cada vez menos humanizada onde a tendência parece ser a extensificação, especialização e conseqüente modernização da actividade agrícola atestada pelo considerável número de produtores singulares com, pelo menos o ensino secundário.

Assim, tanto nas áreas de regressão como de expansão da paisagem agrícola pode dizer-se que esta paisagem, apesar de continuar a ser produto das actividades humanas é marcada cada vez menos pela presença da população. Em verdade, algumas dessas áreas, principalmente no interior Norte e no Centro podem ser denominadas de “paisagens de despovoamento”, ou seja, a actividade agrícola é abandonada, há pouca ou nenhuma

actividade alternativa à agricultura e assim a população mais jovem opta por partir para os centros urbanos nessas áreas ou no litoral.

Considerações Finais

Levando em linha de conta, as mudanças acima descritas, em geral negativas quanto à evolução da paisagem agrícola, torna-se premente o desenho e implementação de políticas direccionadas às paisagens agrícolas de Portugal Continental. Nessas políticas, as populações deveriam ter lugar de destaque como o principal agente da sua preservação, conservação e transformação. Contudo, na elaboração e aplicação das medidas de desenvolvimento orientadas para a população agrícola, deveriam ser ponderadas as diferentes tendências verificadas nas paisagens agrícolas. Assim, nas áreas de crescimento populacional mas em que a paisagem está em regressão, deveriam ser desenhadas e implementadas medidas que estimulassem a pluriactividade da agricultura, com especial enfoque na população mais jovem. Entre essas medidas que contribuiriam para a fixação desse grupo populacional, pode-se destacar a melhoria das acessibilidades entre as áreas rurais e os centros urbanos, onde a maior parte da população agrícola desenvolve a sua actividade principal. Outras medidas seriam os incentivos ao desenvolvimento de práticas agrícolas amigas do ambiente, particularmente a agricultura biológica para a qual há cada vez maior mercado. Merecem, também, destaque os incentivos às actividades relacionadas com o turismo e o lazer que, em fins dos anos noventa, eram ainda actividades residuais da população agrícola, apesar de já constituírem uma alternativa para os agregados que não viviam da agricultura. Como, nessas áreas rurais, há uma competição cada vez mais acirrada entre os usos do solo agrícola e não agrícola, seriam necessárias medidas de uma política de ordenamento do território que visasse a multi funcionalidade dos espaços rurais evitando, assim a sua transformação em espaços exclusivos de residência e de lazer das populações urbanas que contribuem, assim para a descaracterização e a perda da identidade desses territórios.

Nas áreas rurais envelhecidas e despovoadas e, conseqüentemente, com a paisagem agrícola em regressão e onde a actividade agrícola é exercida, em geral, a tempo parcial mas como única actividade, deveriam ser introduzidos incentivos financeiros que reconhecessem a importância social dos agricultores, na generalidade, idosos e reformados, na preservação de paisagens agrícolas tradicionais como, por exemplo, os socalcos e os lameiros. Esses incentivos complementariam os rendimentos dos agricultores provindos, maioritariamente de pensões ou reformas. Outras medidas poderiam ter como objectivo

estimular o desenvolvimento dos saberes tradicionais, incluindo o artesanato e a culinária, cuja sua fonte principal de transmissão são os agricultores mais idosos.

Nas áreas de paisagens em transformação devido à expansão da agricultura comercial, cada vez mais uma “agricultura sem agricultores”, deveriam ser implementadas medidas que protegessem essa actividade face ao avanço de usos do solo relacionados com empreendimentos turísticos e de lazer, principalmente imobiliários, cujo melhor exemplo é a região de influência da Barragem do Alqueva. Poderia, assim, ser incentivada a produção de culturas tradicionais mediterrâneas de elevado valor comercial como a vinha, a oliveira e as plantas aromáticas/medicinais.

Contudo, para que as medidas mencionadas acima alcancem sucesso devem estar integradas numa política da paisagem de tipo *bottom up*, ou seja, com a participação de *stakeholders* do desenvolvimento rural. Esta abordagem estaria, assim, em conformidade com a Convenção Europeia da Paisagem de 2000, ratificada por Portugal em 2005, cujos assinantes se comprometem a “estabelecer procedimentos para a participação do público, das autoridades locais e das autoridades regionais e de outros intervenientes interessados na definição e implementação das políticas da paisagem...” (DR, 2005).

Referências Bibliográficas

- Bertrand, G. (1975): *Histoire de la France Rurale*, Paris: Seuil.
- Cary, Francisco, C. (1994): Paisagem e Agricultura, in: Alves et al *Paisagem*, Lisboa: DGOTDU, pp. 47-66.
- Castells, M. (2003) *O Poder da Identidade*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cavaco, C. (1996): Do Despovoamento Rural ao Desenvolvimento Local: Desafio ou Utopia, in: *Dinamismos Económicos e Reorganização Territorial: Processos de Urbanização e Reestruturação Produtiva*, Coimbra: Instituto de Estudos Geográficos.
- Comissão Europeia (1995) *Europe 2000+: Cooperação para o Ordenamento do Território Europeu*. Luxemburgo: Office for Official Publications of the European Communities.
- Cosgrove, D. E. (1998) Cultural Landscapes,. in Unwin, T. (ed.): *A European Geography*. Harlow: Addison Wesley Longman Ltd. pp.65-81.
- Espenica, André (1994): Paisagem e Sustentabilidade, in: Alves et al: *Paisagem*, Lisboa: DGOTDU, pp. 83-96.

- Groote, P.; Huigen, P.P.P; Haartsen, T. (2000) Claiming Rural Identities, in Haartsen et al.: *Claiming Rural Identities*, Assen: Van Gorcum, pp.1-7.
- Hair, Joe F. et al (1998): *Multivariate Data Analysis* – Fifth Edition.
- Maroco, João; Análise Estatística – Com a utilização do SPSS; Edições Sílabo, Lda.; Lisboa; Abril de 2003.
- Nejašmić, Ivica (1991): Depopulacija u Hrvatskoj: Korijene, Stanje, Izgledi, Zagreb: Globus.
- Roca, Maria de Nazaré O. (1998): Youth and Rural Development in Europe: Policy Issues and Responses in the European Community, in: Z. Roca (coord.): *Increasing the Involvement of Young Men and Women in Rural Development in Europe*, Roma: FAO, pp. 1-38.
- Roca, Maria de Nazaré O. (2004): Migrações Internas e Circulação da População: O Caso da Região de Lisboa e Vale do Tejo, in: *Actas do II Congresso Português de Demografia*, 11 pp. (<http://www.apd.pt>)
- Roca, Zoran; Roca Maria Nazaré O. (2004): *Spatial Fixes and Flows, Development and Local/Global Nexus: a Contribution to the Landscape Research Agenda*,
- Vitorino, Nuno et al (2004): *Desenvolvimento e Ruralidade em Portugal*, Lisboa:GPPAA.